



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 02/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2270/2013 (2 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3-Órgão/Entidade: Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA.

4- Exercício: 2012.

5-Responsável: Sra. Luiza Eneida de Menezes Erse, Presidente da JUCEA, à época.

6-Unidade Técnica: DICA/AM – Relatório Conclusivo nº 26/2013 (fls. 186/205).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 7397/2013-MPC-RMAM do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 210/211).

8- Relatora: Auditora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA. Exercício 2012.

Contas Regulares. Recomendação à origem. Quitação à responsável.

9– ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto da Exma. Sra. Auditora-Relatora, **em concordância** com o pronunciamento do representante do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Regular a prestação de contas do exercício de 2012 da Junta Comercial do Estado do Amazonas, de responsabilidade da Senhora **LUIZA ENEIDA DE MENEZES ERSE**, Presidente e Ordenadora de Despesas do exercício mencionado, nos termos do artigo 1º, inciso II c/c o art. 22, inciso I, e o art. 23 da Lei nº 2423/1996;

9.2- Recomendar a origem que cumpra os prazos quanto a remessa de dados via ACP da movimentação contábil, evitando atrasos ainda que de poucos dias, e que complete os dados lançados no sistema, em especial referente ao Contrato nº 011/12;

9.3- Recomendar a origem que não mais realize remessa extemporânea da relação de prestação de contas de adiantamentos concedidos durante os exercícios financeiros, de modo que venha a não observar a Resolução nº 05/1990 TCE/AM e sob risco de aplicação de multa nos casos previstos do artigo 308 e incisos, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM (Regimento Interno desta Corte de Contas);

9.4- Dar quitação plena à responsável, nos termos o art. 19, inciso II c/c art. 22, inciso I, e art. 23, caput da Lei 2.423/96.

10-Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 15 de janeiro de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDAO Nº 02/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2270/2013 (fls. 02).

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

12.1- Auditora presente e Relatora: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Auditora-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral